

A “Independência Econômica de Minas Gerais”: Imagens do Discurso do Empresariado Mineiro nos anos 40 e 50¹

Ignácio Godinbo Delgado

... erro de supor que os horizontes do Brasil são apenas os que se vêem do alto dos arranha-céus da capital da República.

Américo René Gianetti

*A novidade é que o Brasil não é só litoral
é muito mais, é muito mais que qualquer Zona Sul.*

Milton Nascimento / Fernando Brant

Abstract

This present article analyses the speech from of "Mineiro" entrepreneurs between the year of 1945 and 1956, a main period for the industrial outline building of Minas Gerais. Through the exam of the documents from the Commercial Association and Industrial Federation of Minas Gerais State, it tried to identify the entrepreneurs perceptions over Minas Gerais industrialization ways, over the action of the State and the foreigner capital, ande over the establishment process of the great siderurgy in Minas Gerais.

Keywords: entrepreneurs, industrialisation, Minas Gerais

Resumo

O presente artigo analisa o discurso dos empresários mineiros entre os anos de 1945 e 1956, período fundamental à definição do perfil do desenvolvimento industrial de Minas Gerais. Através do exame de documentos da Associação Comercial e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, busca-se identificar as percepções dos empresários sobre a industrialização mineira, sobre a ação do Estado e do capital estrangeiros e sobre o processo de instalação da grande siderurgia em Minas.

Palavra-chave: Empresários, industrialização, Minas Gerais.

1 Este artigo é uma versão resumida e adaptada do 2º Capítulo da II Parte de nossa dissertação de mestrado *Burguesia e Estado - O Caso de Minas Gerais: a Estratégia de um Revés*, UFMG, 1989. As referências à documentação pesquisada junto aos arquivos da Associação Comercial de Minas Gerais (Associação Comercial) e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais seguem as seguintes convenções: AC - ata de reunião da diretoria da Associação Comercial; FIEMG - ata de "semanal" da FIEMG; FIEMG/CIEMG - ata de reunião conjunta da FIEMG e do Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais; CR-FIEMG - ata de reunião do Conselho de Representantes da FIEMG; DE-FIEMG - ata de reunião da diretoria executiva da FIEMG. Documentos diversos da FIEMG são acompanhados da indicação PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG. As revistas das duas entidades são indicadas com menção do arquivo em que foram consultadas. Documentos pesquisados no Arquivo Público Mineiro aparecem junto das iniciais APM.

Pronunciamentos

A burguesia brasileira, ao final dos anos 20, indicava, nos discursos de Simonsen, a industrialização como o caminho para superação das “crises brasileiras” e do “atraso” do país². Tal formulação, entretanto, não desencadeava uma prática que opusesse os industriais aos setores agrários de forma irreconciliável, na medida em que a acumulação industrial se verificava num quadro institucional que, desde 1889, não obstante seus elementos oligárquicos, sancionava a troca de equivalentes no mercado, e, portanto, a operação das relações de produção capitalistas³. Na mesma medida, a forma específica como se instituiu o modo de produção capitalista no país não engendrava antagonismos de vulto entre a estrutura industrial e as formas de produção pré-capitalistas presentes no campo, nem tampouco com o setor exportador da economia, antes vinculando-se funcionalmente a estes⁴. Assim, e em face da “precocidade” com que avulta a questão operária no Brasil, a ação da burguesia industrial vai marcar-se pela preservação dos laços mantidos com as frações oligárquicas das classes dominantes, ao mesmo tempo em que buscava constituir canais de intermediação, no âmbito do aparelho burocrático do Estado, que fossem impermeáveis ao jogo político-partidário, que os industriais não conseguiam fazer girar em torno dos seus interesses⁵. Tal modelo de intermediação consolida-se durante os anos 30 com a imposição, pelo Estado, do formato corporativo. Neste período delineiam-se os aspectos centrais do discurso dos industriais, relativos ao papel civilizador da indústria, ao lugar a ser ocupado pelo Estado e pelo capital estrangeiro na industrialização brasileira, às relações com a agricultura, etc. Por força do exposto acima, a enunciação deste projeto assumia a forma de *pronunciamentos*, sem conduzir a uma disposição de ruptura com os agrários.

Após a queda do Estado Novo, instituiu-se um ordenamento político híbrido, em que a ordem corporativa e os canais de

2 A este respeito conferir LEME, M. S. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945)*, Petrópolis, Vozes, 1978 e DINIZ, E. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

3 SAES, D. *A Formação do Estado Burguês no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 e VIANNA, L.W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

4 É extensa a literatura sobre a questão. De passagem destacamos OLIVEIRA, F. A. *Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista*, 4a ed., Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981 e MELLO, J.C.M. *O Capitalismo Tardio*, 3a ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

5 A este propósito ver, DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; DINIZ, E. e BOSCHI, . *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978; GOMES, A.M.C. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, além de nosso trabalho, citado acima.

intermediação inscritos no aparelho de Estado, combinam-se a elementos liberais. A expansão já verificada da produção industrial favorecia a afirmação do empresariado industrial como uma força social capaz de articular-se nacionalmente enquanto classe, com indicações sobre a ordem política adequada à superação do "atraso" da sociedade brasileira, tarefa que teria na consolidação da estrutura industrial do país o seu elemento fundamental⁶. Alguns aspectos deste discurso, destacando-se o processo de sua elaboração pela elite industrial mineira, é o que veremos a seguir.

Os pronunciamentos pela industrialização, levados adiante pelas entidades dos industriais, tinham a finalidade de legitimar, sem rompimento com os setores agrários, uma reorientação nas iniciativas do Estado, no sentido de um apoio mais decidido à indústria, particularmente após a crise do "modelo agro-exportador". Indicando a industrialização como meta a ser alcançada para superação do passado colonial do país e para o alcance de um "estágio de civilização", vislumbrado paradigmaticamente nas sociedades capitalistas avançadas, o discurso da burguesia industrial buscava identificar seu projeto à própria "construção da Nação", num esforço de generalização para outras forças sociais. A *imagem do atraso* do país é o elemento central deste discurso. Ela não só define os alvos a serem alcançados pela sociedade nacional, tal como apontado acima, como permite a redefinição, em cada momento, dos valores e símbolos do pensamento liberal e da idéia de Nação, aos quais a burguesia industrial formalmente se associa. É o que se observa na proposição, pelos industriais, de um papel saliente para o Estado e o capital estrangeiro na superação do "atraso" e na sua recusa, também em nome do "atraso", em admitir uma política redistributiva que pudesse dar suporte às "bases materiais do consentimento", fundamentais a um ordenamento liberal-democrático⁷. A imagem do atraso é, pois, o *princípio articulatório específico* do discurso burguês, a partir do qual são definidos os papéis a serem desempenhados por outras forças sociais e em torno do qual gravitam as imagens de outros discursos, "não classistas, que constituem a matéria-prima sobre a qual atua a prática ideológica de classe"⁸.

6 A análise do projeto político dos empresários brasileiros e mineiros desenvolvemos no 3º capítulo da IIª Parte de nosso estudo referido acima. Neste artigo limitamo-nos a identificar os aspectos centrais do *projeto econômico* dos empresários.

7 Sobre a noção de "bases materiais do consentimento" conferir PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

8 LACLAU, E. *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Em Minas Gerais, uma das imagens mais freqüentes que se articula à imagem do atraso no discurso empresarial é a idéia da “espoliação de Minas”. Tal imagem remonta à insatisfação regional com a exploração do ouro no século XVIII, fixando símbolos como a Inconfidência Mineira e estruturando o discurso das diversas elites do estado⁹. No século XX, a perda do projeto siderúrgico para o Rio de Janeiro reforçara seu alcance. A percepção de Minas Gerais como estado colonial, permanentemente prejudicado por medidas tomadas pelo governo federal, aparece emoldurando diversas demandas empresariais. Mais que isto, no entanto, a imagem da espoliação de Minas Gerais busca constituir o conjunto da população do estado como portadora de um projeto que tinha na industrialização a meta a ser alcançada para a conquista da “Independência Econômica de Minas Gerais”¹⁰.

Já em 1938, Américo René Gianetti, ligado à indústria siderúrgica, fundador da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e, junto com Euvaldo Lodi, a mais expressiva liderança industrial mineira, assinalava, na defesa da instalação da grande siderurgia a carvão vegetal em Minas Gerais, que pretender subordinar a siderurgia à importação do coque ou da hulha,

seria promover a exportação do ouro e colocar a Nação à mercê de fatos e fatores externos [...] praticar o contrário, a indústria siderúrgica com carvão de madeira, com cem por cento de matérias primas nacionais é impedir a evasão do ouro¹¹.

A esta tentativa de associar a perspectiva dos mineiros - já delineada no Congresso das “classes produtoras” de 1935 - à construção de um Brasil “senhor dos seus destinos”, adiciona-se, no discurso de Gianetti, a acusação contra os que querem “demolir a economia e a civilização dos sertões”, reincidindo “no erro de supor que os horizontes do Brasil são apenas os que se vêem do alto dos arranha-céus da capital da República”. A mesma imagem aparece em seu discurso de posse como secretário de governo de Milton Campos em 1947. Diz Gianetti que “Minas, não obstante possuir riquezas potenciais e possibilidades reconhecidas, é um Estado de economia estiolada”. Tal quadro resultaria não só de sua “situação geográfica”, mas, principalmente, da “desídia com que tem sido encarados os

9 DINIZ, C.C. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

10 A expressão é de Américo René Gianetti, utilizada em 1945. FIEMG 09/11/1945, Prô Memória/FIE MG.

11 Apud GOMES, F.M. *História da Siderurgia no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1983. p. 218-221.

seus mais relevantes problemas econômicos". A ação do governo federal estaria favorecendo os estados vizinhos a

realizarem o seu progresso, num ritmo já agora bastante acelerado, verificando-se nitidamente um desequilíbrio econômico que, sendo fatal a Minas sê-lo-á também no futuro a todo o Brasil.¹²

Observando que o reduzido desenvolvimento da indústria no estado preservava sua condição de exportador de matérias-primas e produtos agrários a baixo preço "ao mesmo tempo em que crescem as aquisições de manufaturados e artigos vários, nacionais e estrangeiros do mais alto valor", Gianetti assinalava que a industrialização, especialmente através das indústrias básicas, permitirá "enriquecer o povo mineiro, elevar-lhe o padrão de vida e aumentar-lhe o poder aquisitivo [...] impedindo assim que continue o êxodo das nossas populações....". Finalmente apontava que "o progresso e a estabilidade da economia mineira estão intimamente ligados à sua industrialização", lembrando, entretanto, que

esse desenvolvimento industrial deve-se processar em harmonia com o das demais atividades produtoras, agricultura e pecuária, para assegurar sua independência econômica, aumentar a sua renda e valorizar o seu trabalho.¹³

A preocupação dos industriais em dar à perspectiva da industrialização um caráter de reivindicação comum a todas as "classes produtoras", evitando confrontos com outros setores, é evidente. Em 1945, por certo, já era bastante reduzida a importância do discurso agrarista em relação ao período anterior a 1930, mesmo com o pequeno peso da produção industrial em Minas Gerais. Associando a industrialização a um projeto comum às "classes produtoras", os industriais buscavam definir, no entanto, o sentido que deveria tomar a ação do Estado e as prioridades quanto à distribuição de benefícios. Assim, os pronunciamentos dos fóruns nacionais das "classes produtoras" e/ou da indústria eram utilizados como instrumentos para uniformização e generalização do discurso do empresariado industrial mineiro, como uma espécie de compensação em face da precariedade dos recursos de poder que provinham exclusivamente de sua importância dentro da estrutura econômica estadual. Desta maneira, Gianetti, em 1945, afirmava que a Conferência de Teresópolis, da qual participaram "setenta representantes da lavoura, do comércio e da indústria de nosso Estado [...] com o espírito de perfeita harmonia e unidade", tomara definições sobre temas que "interessavam

12 *Folha de Minas*, 21/03/1947, APM.

13 *Idem*, *ibidem*.

substancialmente ao nosso Estado", destacando que "o progresso e a estabilidade da economia nacional estão intimamente ligados à industrialização do país", além de, entre outras coisas, recomendar "que seja adotada uma política de fomento à produção mineral visando amplo e melhor aproveitamento de nossos recursos naturais" e que "se fomenta a industrialização de matérias-primas e produtos minerais no próprio local da produção"¹⁴. Ainda em 1945, Gianetti assinava não ser "possível resolver-se a situação econômica do país tomando-se como ponto de partida um aspecto unilateral", referindo-se à economia exportadora como uma "experiência caolha", que teria levado o país a um "lamentável desastre".

Não obstante, a exportação cumpriria papel fundamental no esforço de industrialização: "precisamos intensificar a venda de nossos produtos da indústria extrativa e manufatureira e da lavoura, para receber em compensação maquinários para a nossa indústria e para a nossa agricultura"¹⁵. Além disto, a agricultura deveria modernizar-se para produzir bens a baixo custo para o atendimento do mercado constituído com a expansão industrial. No seu discurso de posse, já assinalado, observa Gianetti que, se de um lado a industrialização de Minas era indispensável

é preciso olhar desde já para as atividades dos campos, hoje abandonados à sua própria sorte(...). Assistência e ajuda imediatas são necessárias e, logo a seguir, a racionalização de sua produção.¹⁶

Este também é o teor de um documento da FIEMG contendo sugestões para redução do custo de vida, em julho de 1947. Depois de apontar a insuficiência de produtos alimentares e a inflação monetária como as causas fundamentais da carestia no Brasil, o documento, assinado por Newton Antônio da Silva Pereira, presidente da entidade em substituição a Gianetti, Geraldo Magalhães, ligado à indústria têxtil, e Bento Gonçalves Filho, todos diretores da FIEMG, observa que

a agricultura brasileira acha-se em completo atraso, pois os processos de trabalho nela adotados são extremamente primitivos. A mecanização só existe em algumas localidades mais adiantadas e ainda em plena infância; a irrigação praticamente não existe, de modo que o agricultor vive sujeito aos azares do tempo. Não é possível desenvolver-se amplo programa de industrialização sem que haja sólida base na agricultura. A industrialização concorre para uma efetiva melhoria de padrão de vida, possibilitando maiores salários reais, entretanto isso não poderá ser

14 *O Diário*, 13/05/1945, Prô-Memória/FIEMG.

15 Respectivamente *O Diário* 13/05/1945, Prô-Memória/FIEMG e AC, 22/06/1945.

16 *Folha de Minas*, 21/03/1947, APM.

atingido sem que a agricultura esteja em condições de atender ao aumento da procura de seus produtos¹⁷.

Em suma, a conquista da "independência econômica" de Minas, alentada no projeto dos industriais a partir de um "amplo programa de industrialização", articulava-se à definição precisa do papel a ser desempenhado pela agricultura e de propostas para os setores agrários, com as quais buscava-se apresentá-lo como um projeto comum das "classes produtoras". A indústria é apresentada como força civilizadora e associada à superação do pauperismo, corolário do atraso, ao proporcionar a melhoria de vida e a satisfação de necessidades "ilimitadas e sempre renovadas". O discurso empresarial busca, assim, generalizar-se para todas as camadas sociais. Além de, por si só, elevar "o trabalho à sua mais alta dignidade", através da atividade industrial, os empresários anunciam perceber que, como indica Newton Pereira, os "direitos sociais" eram a questão mais importante do pós-guerra :

a indústria brasileira compreendeu bem o problema, soube situá-lo e tentar sua solução, através do SESI, a obra que nasceu da compreensão e agudeza de Roberto Simonsen, a quem o Brasil rende seu preito de gratidão¹⁸.

Ou, ainda, como assinala, em março de 1949, Osório Diniz, comerciante de Belo Horizonte, na Associação Comercial:

Minas não pode ficar apenas como estado agrícola. É preciso que se converta em estado industrial. Minas tem 23% do minério de ferro de todo o mundo [...]. Se não industrializarmos nosso Estado, Minas não será terra do ouro e da promessa e sim terra da fome e da pobreza.¹⁹

Entretanto, a promessa da "terra do ouro e da promessa" tem seu calcanhar de Aquiles no próprio discurso informado pela imagem do atraso. Se a industrialização anuncia uma época de satisfação de necessidades "ilimitadas e sempre renovadas", como assinala Newton Pereira, é mister, entretanto, salientar que a economia brasileira "é uma economia em sua primeira infância", ou como observa Bento Gonçalves Filho que, no Brasil "nossos tubarões são lambaris"²⁰. Ou ainda, como assinala Euvaldo Lodi em 1949, na II Conferência das Classes Produtoras, em Araxá, evocando a figura de Roberto Simonsen,

ele é bem o símbolo das classes produtoras solidárias com as conquistas sociais e voltadas para o destino social da riqueza e da produção,

17 *O Diário*, 20/07/1947, Pró-Memória/FIEMG.

18 *Folha de Minas*, entrevista de Newton Pereira, APM.

19 AC, 17/03/1949.

20 Respectivamente FIEMG, 17/08/1945 e 10/06/1949, Pró-Memória/FIEMG.

mas conscientes, gravemente conscientes das tremendas dificuldades opostas pelo nosso território, pelas condições de saúde e de educação de nosso povo e pela penúria de capitais para a consecução daqueles objetivos [...]. A elevação dos níveis de vida não é problema que se possa resolver com a simplicidade com que cuidam os desconhecedores dos fatos econômicos, através de medidas distributivistas. Estas se impõem sem dúvida como um imperativo nos países supercapitalizados, quando a capacidade aquisitiva dos consumidores está aquém da capacidade do parque de produção [...]. Nos países novos, uma política açodada, pretendendo a imediata elevação dos níveis de vida, através de um distributivismo prematuro, pode conduzir a um grave desfalque da capitalização essencial para a expansão da produção e dos empregos e, assim, ao comprometimento do futuro²¹.

A "imagem do atraso" incorpora paradigmaticamente o modelo das nações capitalistas avançadas como a meta a ser alcançada e define os papéis a serem cumpridos pela agricultura e, como veremos, — em face da "penúria de capitais" — pelo Estado e pelo capital estrangeiro, para superação da "experiência caolha", na qual se postulava ser o Brasil um país "essencialmente agrário". Articulada à imagem da "espoliação de Minas Gerais", ela constitui o "povo mineiro - sob o comando dos empresários - como sujeito portador de um projeto que, através da industrialização, garantiria a todas as camadas sociais a "terra do ouro e da promessa". A "penúria de capitais", entretanto, faz com que o discurso industrializante dos empresários informe aos trabalhadores que eles devem saber esperar e adverte ao Estado - ao qual se reivindica, em face do atraso, ação "supletiva" - que ele não incomode a iniciativa privada com medidas próprias das economias em que os lambaris já se converteram em tubarões. Desde a lei anti truste em 1945, passando pela taxaçaõ de "lucros extraordinários", pelas tentativas de controle de preços, pela participação dos trabalhadores nos lucros das empresas ou até mesmo pelos reajustes dos salários mínimos em 1952 e 1954, os empresários, embora aceitando a legislação social já estabelecida em 1945, oferecerão tenaz resistência a quaisquer medidas que, segundo seu discurso, prejudique um processo de industrialização operado essencialmente através de reaplicação dos lucros obtidos, ou alterem a estrutura de distribuição da renda existente. Afinal, como assinalava Osório Diniz na Associação Comercial em março de 1949, fazendo referência ao Japão como um modelo típico a ser seguido pelo Brasil:

21 "Discurso de Encerramento da Conferência de Araxá", *Minas Gerais*, 02/08/1949, Pró-Memória/ FIEMG.

22 AC, 10/03/1949.

um país miserável em menos de cinquenta anos tornou-se um grande país, conseguindo industrializar-se [...] três famílias associadas apossaram-se de sua direção concentrando todas as riquezas do país e entregando-se á tarefa de industrialização do país. Isto, como vemos, trouxe uma grande riqueza, da miséria criaram riqueza.²³

Estado e Capital Estrangeiro

Na definição do papel a ser desempenhado pelo Estado e o capital estrangeiro no processo de industrialização, as entidades empresariais mineiras acompanharão as resoluções dos congressos e conferências realizadas pelas "classes produtoras" até 1945 e reafirmadas na Conferência de Araxá, de 1949, na Ia. Conferência da Indústria, em São Paulo, no ano de 1953, e na IIa. Conferência da Indústria, de Porto Alegre, em 1955²³. O sentido geral das resoluções destes conclaves é, quanto ao papel do Estado, a defesa de sua ação "supletiva" — em áreas onde a iniciativa privada revelasse desinteresse ou fosse incapaz de levar adiante os empreendimentos — a defesa do planejamento e a recusa sistemática de uma ação reguladora, especialmente sobre a questão de preços, e à presença do Estado em setores nos quais concorresse para o deslocamento da iniciativa privada. No que toca ao capital estrangeiro, a par de defender uma política protecionista no comércio externo, a posição do empresariado será, em geral, favorável à sua entrada no país, destacando os investimentos diretos e ressaltando, tal como no que se refere ao Estado, situações em que a presença do capital estrangeiro contribuísse para o declínio dos investimentos de empresas brasileiras, além de postular um tratamento igualitário por parte do Estado, entre o capital externo e o nacional.

Há, entretanto, no caso mineiro uma diferença importante relativa à posição assumida quanto à Petrobrás. A Associação Comercial de Minas e a FIEMG, esta principalmente na gestão de Lídio Lunardi, defenderão sozinhas nos fóruns nacionais das "classes produtoras" o monopólio estatal do petróleo. Tal posição, segundo os documentos destas entidades, se justificaria em face da experiência adquirida em Minas no que toca à exploração do subsolo por empresas estrangeiras e, também, pelo desempenho de uma estatal como a CEMIG na oferta de eletricidade. Fora isto, as entidades mineiras compartilhavam dos mesmos postulados defendidos pelo empresariado no plano nacional.

23 Sobre estes conclaves conferir BOSCHI, R. *Elites Industriais e Democracia*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

A campanha contra a presença dos órgãos estatais reguladores é uma das primeiras iniciativas desenvolvidas pelas entidades empresariais, ainda no final do Estado Novo. Em 1945 ela se dirige fundamentalmente contra a Coordenação de Mobilização Econômica, extinta em dezembro deste ano²⁴. Nos anos seguintes vira-se especialmente contra as comissões de preços e Institutos como o IAA e IBC. Tais órgãos são acusados de interferir no mecanismo de transporte, através de Comissões de Requisição junto às estradas de ferro e à marinha mercante, além de estabelecer concorrência ilegal com a iniciativa privada, seja diretamente, seja por ações lesivas a esta no estado, tal como se acusa o IAA de reservar para Minas Gerais cotas diminutas de importação de açúcar e beneficiar as empresas de São Paulo e Pernambuco²⁵.

Além das campanhas desenvolvidas na imprensa e contatos com os titulares dos governos estadual e federal, a atitude das entidades quanto às comissões de controle será de constante boicote. Organismos como as Comissões Orientadoras de Abastecimento e Preços, estabelecidas nos governos de Milton Campos e Juscelino Kubitschek, serão permanentemente bombardeadas pelos empresários, que se recusam a participar em seu interior²⁶.

A crítica aos órgãos de controle e tabelamento, por outro lado, buscava inverter o discurso que acusava o empresariado de responsável pela carestia e minar o poder da burocracia estatal, reforçado no Estado Novo. Atribuindo a elevação dos preços à desorganização provocada no "livre-comércio" pelo Estado, o empresariado buscava reforçar a imagem de uma ordem regulada pela hegemonia da iniciativa privada, na qual o Estado disporia tão somente de papel supletivo.

Tal papel é, por sua vez, é admitido e reivindicado em duas funções primordiais: o fomento à produção e a ação direta, como produtor, em indústrias básicas, especialmente a eletricidade. Na Conferência de Araxá, a bancada mineira defenderá a "substituição gradual dos órgãos de controle por serviços de fomento da produção", seja destacando o papel do crédito agrícola e industrial, seja na

24 AC, 01/03/1945 e FIEMG, 21/12/1945. Nesta direção é que se cria o Centro de Comércio e Produção em 1943, convertido na Bolsa de Mercadorias de Minas Gerais em 1946. Inicialmente ele é concebido como alternativa à CME e Centro estratégico de resistência à ação reguladora do Estado, AC, 10/10/1946 e AC, 10/06/52.

25 Ver, por exemplo, "Memorial do Presidente Dutra", 01/08/1946, Pró-Memória/FIEMG.

26 A Este respeito ver AC, 22/04/1948, 08/07/1948, 09/02/1948, 15/03/1951, 16/03/1951, 08/01/1953, 22/10/1953, além de *O Diário*, 27/07/1946, Pró-Memória/FIEMG; 08/01/1953, 22/10/1953.

instituição de serviços de assistência técnica e do planejamento²⁷. Entretanto, a participação do Estado na criação de organismos orientados para esta finalidade é sempre combinada à defesa da presença da iniciativa particular. Assim, por exemplo, junto à proposta de criação de um Banco "especializado para as operações de crédito industrial", sugere-se a criação de um Conselho Técnico de Orientação Industrial, com participação das entidades de classe da indústria²⁸.

As entidades empresariais apoiarão, ainda, a construção de frigoríficos pelo Estado, a CEMIG e a presença estatal na edificação da grande siderurgia em Minas Gerais²⁹. Admitida a impossibilidade da iniciativa privada fazer face aos investimentos na indústria básica, a participação do Estado é aceita sob a forma de Companhias Mistas, para livrá-las das "injunções políticas"³⁰.

No discurso empresarial é a "imagem do atraso" que instrui a defesa da participação do Estado. Assim é, também, no que se relaciona à presença do capital estrangeiro. Em 1946, José Continentino, ligado ao ramo de fundição, representante do Sindicato da Indústria Mecânica na FIEMG na gestão de Gianetti e presidente da Associação Comercial entre 1946 e 1948, observava que o caráter errático da legislação brasileira referente ao capital estrangeiro era a principal causa do "prolongamento do nosso estágio como país agrícola - mas agrícola no sentido rudimentar da palavra, isto é, incapaz ainda de ter organizado suficientemente sua agricultura para cuidar da fase industrial - etapa decisiva na vida dos povos". Em face disto defende que

o combate ao pauperismo [...] só poderá ser atingido lançando-se mão do capital estrangeiro (...) nos países de escassa industrialização. A democracia econômica e a justiça social são duas decorrentes imediatas da expansão de nossas riquezas³¹.

No entanto, embora tal posição não se altere no fundamental ao longo do período, em 1952 a Associação Comercial desenvolverá na questão do petróleo posição totalmente diversa da defendida por

27 *O Diário*, 27/07/1949, Prò-Memória/FIEMG; *O Economista*, 16/08/1949, Prò-Memória/FIEMG.

28 *O Economista*, 16/08/1949, Prò-Memória/FIEMG.

29 Quanto à questão dos frigoríficos ver AC, 10/10/1946; FIEMG, 11/07/1949; FIEMG/CIEMG, 16/03/1951, Prò-Memória/FIEMG.

30 "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A." in *Anuário das Indústrias do Estado de Minas Gerais*, FIEMG, 1955, p. 167. A presença do Estado, por outro lado, é rechaçada quando desenvolve concorrência "desleal" com a iniciativa privada. Assim, por exemplo, em 1947, a Associação Comercial se opõe à proposta de criação de um "armazém geral" da Prefeitura de Belo Horizonte e ao projeto do deputado estadual Edgard da Matta Machado, que visava criar a "Companhia Estadual de Produtos Alimentares". Respectivamente AC, 29/05/1947 e AC, 06/12/1951.

31 AC, 01/08/1946.

outras entidades empresariais do país. A enunciação do que foi chamada a "Tese mineira do Petróleo" se faz na II^a. Mesa Redonda das Classes Produtoras", realizada no Rio de Janeiro em março de 1952 e patrocinada pela Federação das Associações Comerciais do Brasil. Nela, contrariamente à posição defendida pelas demais associações comerciais do país, a Associação Comercial de Minas sugerirá a formação de uma

grande *holding* a qual se constituiria de 51% das ações de todas as companhias e os restantes 49%, para as demais, as quais seriam de preferência brasileiras, ou mesmo de empresas estrangeiras, desde que se colocassem em igualdade de condições com as nacionais³².

De acordo com Renato Falci - ligado ao comércio de ferragens e materiais de construção e presidente da Associação Comercial nos anos de 1952 e 1953, além de figura muito próxima de Gianetti e Paulo Gontijo, empresário da construção civil, presidente da Associação Comercial, entre 1945 e 1946 e 1953 e 1955 - tal proposta seria "muito superior e muito mais patriótica" que o projeto da Petrobrás, embora os dois se aproximassem.

Aprovado o projeto da Petrobrás, Associação Comercial vai defendê-lo, contra a posição das outras entidades congêneres a nível nacional³³. Segundo Falci, a posição mineira devia-se ao fato de ser "o único Estado que tem experiência da economia do subsolo e é aquele que há mais de um século entrega a riqueza de seu subsolo ao capital estrangeiro". Além disto, na questão "da eletricidade em Minas, onde estamos com uma grande *holding* estatal", cujo "sucesso está assegurado", o empresariado mineiro teria acumulado uma experiência no desenvolvimento de Sociedades de Economia Mista que "falta aos outros"³⁴.

A "Tese Mineira do Petróleo" foi basicamente defendida pela Associação Comercial. A FIEMG, através de Hamleto Magnavaca, presidente da entidade entre 1952 e 1954, assinalava sobre a questão que "com a vinda de reforços financeiros de fora, as atividades de nosso parque industrial não estariam sofrendo a crise atual"³⁵. Já na gestão de Lídio Lunardi, que sucede Magnavaca, a entidade posiciona-se favoravelmente à Petrobrás, ao contrário

32 AC, 03/10/1945.

33 AC, 28/04/1955. Ver também *Mensagem Económica*, 32, agosto/1955, em que se apresentam as resoluções favoráveis à presença do capital externo na Xa Mesa Redonda das Associações Comerciais, realizada em São Paulo.

34 AC, 01/08/1952.

35 *Estado de Minas*, 09/04/1953, APM.

do que era defendido por Augusto Vianna, presidente da CNI, e das resoluções da II^a. Plenária da Indústria, realizada em Porto Alegre, em 1955³⁶.

Não obstante, a presença do capital estrangeiro em outras atividades será bem acolhida. Tanto a Associação Comercial quanto a FIEMG apoiaram a instalação da Mannesman em Minas. As duas entidades participam também da seção mineira da Comissão Mista Brasil-EUA, defendendo nela a concessão da ajuda técnica e financeira externa para a industrialização do Estado³⁷. Por seu turno, os Departamentos Técnicos da FIEMG promoverão estudos destinados à atração de capital externo e na Associação Comercial, Osório Diniz sugere a publicação de folhetos no exterior com esta finalidade³⁸.

Tal posição, no limite favorável à presença do capital estrangeiro, identifica-se ao projeto desenvolvido pelas elites empresariais do país, no sentido de que a superação do "atraso" far-se-ia mediante a industrialização *tout court*, independente da origem dos investimentos realizados³⁹. Esta perspectiva aparece ainda na posição tomada ante a Resolução 113 da SUMOC que, em 1955, garantia ao capital estrangeiro importação de equipamentos sem cobertura cambial. Favorável à Resolução, a FIEMG apenas deplorará que os aspectos dela que deveriam favorecer ao empresariado nacional não operassem com eficácia⁴⁰. No que toca ao capital estrangeiro, pois, levada em conta a particularidade da posição assumida quanto à Petrobrás - em que se privilegia o Estado em relação ao investimento externo - a única ressalva importante diz respeito à reivindicação de tratamento igualitário por parte do Estado⁴¹.

Finalmente, a posição assumida quanto à política de comércio

36 "Novos Rumos na CNI", pronunciamento de Augusto Nunes Vianna, in *Folha de Minas*, 08/12/1954 e *Vida Industrial*, 10-11, : 33-35, out./nov. 1955, em que se relata o resultado da "II Conferência Nacional da Indústria".

37 *Folha de Minas*, 02/08/1952, APM.

38 AC, 24/01/1952, APM.

39 Conferir DINIZ, E. op. cit.

40 "Investimentos Estrangeiros", Relatório da Primeira Reunião da Segunda Etapa do "Fórum Econômico" da FIEMG, in *Vida Industrial*, 3: 30, mar. 1956.

41 Nesta direção é que aparecem demandas setoriais como as veiculadas pela FIEMG protestando contra a obrigatoriedade do uso de sementes de guaraná para a indústria nacional de refrigerantes, inexistente para as empresas estrangeiras; ou, ainda a denúncia do Sindicato das Indústrias da Cerveja e Bebidas em Geral, de São Paulo, encampada pela FIEMG, em que se questiona as facilidades que existiam para a instalação da Coca-Cola, que não eram dispensadas à empresas nacionais. Conferir Telegrama enviado ao presidente Dutra, em 21/02/1949, Pró-Memória/FIEMG e "Até quando?", *Estado de Minas*, 17/04/1949, APM. A posição dos empresários mineiros quanto à política de comércio exterior aparece em *O economista*, 16/08/1949, Pró-Memória/FIEMG, em que se relata a posição da delegação do estado na Conferência de Araxá.

exterior será idêntica a defendida por Simonsen. Advoga-se uma ação protecionista do Estado e uma política seletiva de importações, bem como condenam-se os tratados de reciprocidade com Nações já industrializadas.

O sentido da industrialização

O Congresso das “classes produtoras” de 1935 indicara como estratégia fundamental à industrialização de Minas a sua concentração regional⁴². Nesta perspectiva é que a Associação Comercial participou dos estudos para a instalação da cidade industrial em Contagem. Nos anos 40, no entanto, a dispersão da economia mineira ainda era apontada pelos empresários como um dos principais fatores que bloqueavam seu desenvolvimento. Em dezembro de 1946, destacando a necessidade da convocação de um congresso das “classes produtoras” em Minas Gerais, José Continentino observava as dificuldades existentes para a superação do atraso em Minas Gerais, uma vez que “somos uma ampla porção da terra brasileira, dotada de variados climas e de regimes os mais diversos”. Observava, por outro lado, que era passada a “época do alheimento” (sic), devendo as “classes produtoras” “oferecer ao governo o mapa exato da situação com que nos defrontamos” e “um programa de realizações a ser oferecido aos poderes públicos”⁴³.

A oportunidade para que o governo do Estado desenvolva “um programa de realizações” afinado com as expectativas das “classes produtoras” ocorre quando Gianetti e Magalhães Pinto assumem as secretarias da Agricultura e Finanças no governo Milton Campos. Com a indicação dos dois, afirma-se na Associação Comercial que “nunca estivemos como hoje [...] em posição tão estratégica para conseguirmos ao menos o mínimo de nossas aspirações”⁴⁴. Já Adelmo Lodi, ligado à Companhia Ferro-Brasileiro e diretor da FIEMG, observa nesta entidade, que a condução de Gianetti à secretaria da Agricultura permitir-lhe-ia “trabalhar para os três setores das nossas atividades — agricultura, indústria e comércio — quando, antes, estava restrito à indústria, ambiente em que sempre viveu”⁴⁵.

42 A este propósito ver VIEIRA, E. P. *Minas Gerais: a dominação burguesa - conflitos políticos e formas de organização (1927-1940)* (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1984.

43 AC, 19/12/1946.

44 Pronunciamento do diretor Antônio Cabral Belrão em AC, 10/04/1947.

45 *Folha de Minas*, 23/04/1947, APM.

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, lançado por Gianetti, sistematizava a perspectiva da industrialização polarizada pela região central do Estado. Em sua "Exposição Preliminar" observa-se que

enquanto o Centro de Minas não adquirir pujança suficiente para polarizar as economias regionais, estas permanecerão à mercê de influências que, ao invés de lhes estimularem o desenvolvimento, as manterão em escala de crescimento incompatível com a época e as aspirações do povo mineiro. É preciso que o Centro, além de sede da administração do Estado e sua mais alta expressão de cultura, seja também, de fato, o ponto de convergência das comunicações com outras regiões e adquira a estrutura econômica e financeira indispensável para atrair as economias regionais e encaminhar aos mercados externos, por preços remuneradores, o excesso de produção sobre o consumo interno de Minas⁴⁶.

O mesmo enunciado já aparecia no documento da FIEMG sobre a carestia, citado anteriormente. Criticando-se o sistema ferroviário do Estado, assinala-se que ele

teve suas linhas-tronco lançadas do litoral, objetivando para ele canalizar a produção, numa época em que não possuíamos um grande centro que já principia ser Belo Horizonte. A falta de um planejamento de transportes colimando melhor os interesses do Estado, possibilitou a sua divisão em zonas independentes umas das outras, economicamente, que só por sentimento, tradição e política são componentes da mesma unidade federativa⁴⁷.

A indicação de Gianetti e Magalhães Pinto, bem como a afinidade do Plano de Recuperação e Fomento da Produção com as expectativas empresariais dilui a significação emprestada pela Associação Comercial e a FIEMG ao Congresso das Classes Produtoras, cuja convocação era ventilada desde 1945. Em agosto de 1947 realiza-se a I Reunião das Classes Produtoras de Minas Gerais, mas sua finalidade, antes que propor um "plano de realizações" para o governo de Minas, passa a ser, conforme suas resoluções, a "ampla divulgação do Plano de Produção entre os Industriais"⁴⁸. Afinal, em junho de 47, Newton Pereira já observava na FIEMG que

o plano, visando a incrementar a produção e melhorar os transportes porá em prática a política de que necessitamos e sem a qual não será possível a estabilização dos preços, regime indispensável à vida do povo⁴⁹.

46 *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção*, Centro de Documentação e Informação, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo de Minas Gerais, p. 8. Uma exposição sintética do Plano de Recuperação é feita por DINIZ, C.C. op. cit.

47 *O Diário*, 20/07/1947, Pró-Memória/FIEMG.

48 *Folha de Minas*, 24/08/1947.

49 *Folha de Minas*, 15/06/1947.

Por fim, em outubro deste mesmo ano, os presidentes de todas as entidades empresariais com sede na capital se dirigem a Gianetti com a disposição de serem os “arautos desse plano”. Para tanto se dispunham a fazer “propaganda por intermédio do rádio, pelos jornais da capital e do interior”⁵⁰.

De fato, o Plano de Recuperação, além de responder à perspectiva de tornar a região central de Minas o pólo fundamental do desenvolvimento do Estado, acenava com a resolução de dois problemas cujo equacionamento era, há bastante tempo, colocado como prioritário pelos empresários, quais sejam o problema energético e de transportes. Já em 1944, Bento Gonçalves Filho, diretor da FIEMG, ligado a atividades diversas nos ramos de alimentos, marmoeira e construção civil observava que

produzir muito e a preços baixos [...] não depende dos produtores [...] se não dispuserem dos elementos essenciais que são: a energia, o transporte e crédito e, principalmente, a liberdade de ação no campo da produção e do comércio⁵¹.

Na Associação Comercial, o diretor, Roberto Costa, justificava a criação do Instituto Mineiro de Economia porque as reivindicações das “classes produtoras”, ligadas às

questões mais palpitantes da economia mineira, quais sejam a do ferro, dos transportes e da energia elétrica [...] não encontram eco, porque não temos ainda um órgão eficiente que as coordene para sua apresentação ao poder público⁵².

As dificuldades para a sustentação de uma oferta de energia compatível com a expansão industrial já levava a FIEMG, em 1944, a se empenhar numa campanha de racionamento, que envolvia até o apelo à diminuição das “diversões noturnas”, de modo a “consumir o mínimo possível de energia elétrica”⁵³. Por seu turno, até a sugestão de que as Forças Armadas fossem utilizadas para a abertura e conservação de estradas se fizera na FIEMG, por Newton Pereira⁵⁴. Postulava-se, assim, que “Belo Horizonte [...] devia ser ligada a todas as cidades que lhe ficam próximas e o

50 Newton de Paiva Ferreira, AC, 02/10/1947.

51 *O Diário*, 04/11/1944, Pró-Memória/FIEMG.

52 AC, 11/10/1945.

53 *O Diário*, 10/04/1944, Pró-Memória/FIEMG.

54 FIEMG, 18/01/1940 e 05/04/1946. A enunciação dos dois problemas como “o maior entrave ao desenvolvimento de nossa produção” era, ainda, estrategicamente utilizada para responder às críticas que atribuíam aos industriais e comerciantes a contínua elevação de preços dos produtos básicos. Em 1945, por exemplo, assinalava-se na FIEMG que a “melhoria de transportes [é] condição indispensável para diminuição do custo de vida”. As citações referem-se a pronunciamentos feitos respectivamente em reuniões da AC, 31/05/1946 e FIEMG, 22/08/1945.

Estado atravessado por estradas", enfatizando o desenvolvimento da malha rodoviária do Estado de modo a diminuir o congestionamento da Central do Brasil, que deveria ser reservada especificamente para o transporte "mais bruto"⁵⁵.

O Plano de Recuperação, pois, respondia a velhos apelos das "classes produtoras" de Minas Gerais e, em especial, os formulados pelos industriais. Observa Clélio Campolina Diniz que dos investimentos previstos no Plano, 78% destinavam-se ao Transporte e apoio à industrialização, sendo que 67% exclusivamente envolviam aplicações no programa energético e de transportes⁵⁶. Assim, não obstante seus fracos resultados, motivados pelas dificuldades financeiras do estado, e a resistência oferecida à Taxa de Recuperação Econômica, que deveria sustentar os investimentos nele previstos, as entidades empresariais manifestaram permanente afinidade com a sua orientação básica. No limite, ele sistematizava num "programa de realizações" antigas demandas empresariais, que ganhavam assim a legitimidade do "interesse público". Ao longo do governo Milton Campos as demandas empresariais, no sentido de se resolver a questão energética e de transportes, foram continuamente reiteradas, enquanto que as entidades buscavam acompanhar a implementação do Plano de Recuperação com a constituição de tecnoassessorias ou comissões que permitir-lhes-iam influir de forma mais consistente nos rumos da administração estadual⁵⁷.

No final do governo Milton Campos a possibilidade de ter Gianetti como governador do Estado garantiria a continuidade necessária à implementação do Plano. O presidente da FIEMG, no entanto, não consegue a indicação para a disputa do cargo na UDN e Juscelino Kubitschek elege-se governador com um programa condensado no binômio "energia e transportes".

Embora esta fórmula indicasse uma perfeita identidade com as expectativas empresariais, num primeiro momento as entidades empresariais manifestam, preocupações quanto à continuidade administrativa no novo governo, o que se atenua à medida em que se consolida o projeto da CEMIG e começam a ter resultados os esfor-

55 Newton Pereira, FIEMG, 10/08/1945. Ver também FIEMG, 10/10/1945 e 22/02/1946.

56 DINIZ, C.C. op. cit., p.63.

57 FIEMG, 10/06/1949.

ços do programa rodoviário de Juscelino Kubitschek⁵⁸. Assim, em outubro de 1952, referindo-se à administração de Juscelino, Magnavaca enfatizava que

a energia disponível será, entre nós, o maior atrativo para a atração de indústrias. Os Departamentos Técnicos da Federação das Indústrias vêm recebendo consultas de todas as partes do país e do mundo, a respeito das possibilidades imediatas de instalação de indústrias novas. Assim será justo destacar, nesta oportunidade, que ansiosamente aguardamos o dia em que poderemos anunciar a existência de energia disponível em nosso Estado⁵⁹.

Da mesma forma, na Associação Comercial, após os receios iniciais, destaca-se a "continuidade administrativa" e o empenho do governo estadual em seguir "a política do Plano de Recuperação [segundo o qual] Minas precisa de se industrializar e não permanecer no conceito de um Estado essencialmente agrícola"⁶⁰.

O governo de Juscelino Kubitschek tinha no DER e na CEMIG os dois principais organismos para condução da política de energia e transportes. Embora, os laços entre o governo e as entidades empresariais fossem menos evidentes que sob o governo Milton Campos, estas mantinham sua participação no Conselho Rodoviário Estadual, ligado ao DER. Já a CEMIG tinha em sua diretoria Maurício Bicalho, no setor de finanças, também diretor da Associação Comercial⁶¹. Mais que isto, no entanto, a sua própria constituição tinha contemplado a perspectiva empresarial de que a administração pública mantivesse um perfil essencialmente "técnico", livre das "paixões políticas". Sua organização em sociedade anônima visava oferecer, segundo Lucas Lopes, garantias ao capital privado contra uma possível orientação "inadequada" do órgão. Desta maneira, a CEMIG será vista pelo empresariais mineiro como um exemplo da "ação supletiva" do Estado e percebido pelas entidades empresariais como o seu principal centro de

58 As reticências iniciais do empresariado Com Juscelino podem ser verificadas, por exemplo, nas discussões travadas na Associação Comercial. Ver AC, 05/04/1951 e 10/05/1951, 30/08/1951, 06/09/1951, 06/12/1951.

59 *Estado de Minas*, 29/10/1952, APM.

60 O julgo é de Osório Diniz em reunião da Associação Comercial, conforme AC 05/02/1953. Ver também AC, 25/09/1952 e AC, 03/04/1952.

61 AC, 25/02/1954 e *Mensagem Econômica*, 15, março/1954, Associação Comercial. As subsidiárias da CEMIG se filiam, por outro lado, à Associação Comercial em 1951. Ver AC, 27/09/1951.

poder⁶². Seus dirigentes, especialmente Lucas Lopes, apareciam para as "classes produtoras" como interlocutores privilegiados dentro do governo estadual⁶³.

Percebe-se, pois, que as entidades empresariais participaram de forma expressiva no diagnóstico e na indicação dos rumos que a economia estadual devia tomar. O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado pela mais importante liderança industrial de Minas, sistematiza este diagnóstico e aponta o sentido da industrialização através de um "programa de realizações". O binômio "energia e transportes" dá continuidade, segundo a percepção dos empresários, a esta perspectiva. Neste sentido, as entidades empresariais buscaram reforçar dentro do aparelho de Estado, aqueles centros de poder vinculados à implementação da política de energia e transportes. Revela-se, desta forma, a afinidade entre a tecnoburocracia, constituída a partir destes centros de poder, e os empresários. Daí Renato Falci observar que

através de uma organização nos moldes da CEMIG, terá o governo mineiro as maiores possibilidades para lançar o nosso Estado na vanguarda dos produtores de eletricidade do país.

Com isto esperava-se que fossem ampliadas as possibilidades econômicas no Estado, cujo desenvolvimento está a reclamar energia elétrica mais abundante e barata⁶⁴.

A "Volta Redonda dos Mineiros"

A defesa da instalação de usinas siderúrgicas a carvão vegetal, como alternativa para solução do "problema siderúrgico" brasileiro,

62 Além disto, a criação da CEMIG aparecia para o empresariado como solução para o problema gerado pela Companhia Força e Luz de Minas Gerais, responsável pelo fornecimento de energia para Belo Horizonte desde 1929 e continuamente apontada como responsável pela deficiência deste serviço na capital mineira. A Associação Comercial por várias oportunidades reivindicara a suspensão do contrato da Força e Luz. Com a CEMIG, passa a reivindicar sua encampação pela estatal. A este respeito, ver AC, 20/08/53 e 22/07/54.

63 Lucas Lopes, desde a II Conferência das Classes Produtoras, realizada em 1951, passando pela Mesa Redonda das Indústrias da cidade de Contagem, bem como realizando conferências nas entidades empresariais, participou dos eventos mais significativos promovidos pela Associação Comercial e FIEMG. Quando é guindado à condição de Ministro da Viação e Obras Públicas do governo Café Filho, na Associação Comercial observa-se que, com isto, as demandas empresariais relativas à ligação rodoviária poderiam ser mais adequadamente atendidas "por se tratar de um elemento bem relacionado com esta casa e há muito tempo ligado a nós". AC, 02/09/54. A sugestão de garantias contra uma orientação "pouco adequada" da CEMIG é formulada na "Mesa Redonda das Indústrias da Cidade de Contagem", em 1953 e na Associação Comercial, em 1954. Cf. ata taquigrafada da segunda Reunião da "Mesa Redonda das Indústrias sediadas na cidade industrial do município de Contagem", Pró-Memória/FIEMG, fl. 25, e *Mensagem Econômica*, 15, mar. 1954. Quanto à indicação da CEMIG como exemplo de "ação supletiva", ela é feita em diversos momentos. Cf., por exemplo, Falci, em AC, 01/04/54 e Osório Diniz em AC, 25/03/54.

64 AC, 18/01/54.

foi a mais importante campanha desenvolvida pelas entidades empresariais e pela Sociedade Mineira de Engenheiros nos anos 30. Revestida de um caráter técnico — em torno das vantagens ou desvantagens da utilização do carvão de madeira como combustível e redutor — ela revelava a disposição de tornar Minas Gerais um importante centro industrial, sob o estímulo da indústria siderúrgica. A frustração inicial deste projeto com a instalação da CSN em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, teria, no entanto, reflexos na participação relativa de Minas Gerais na produção siderúrgica nacional, que declina de 81,4% da produção de gusa do país para 41,4% entre 1940 e 1950, enquanto que a produção de aço caía de 59,7% para 22,1%, no mesmo período⁶⁵.

Nos anos 40, os principais empreendimentos ligados à produção extrativa mineral e à indústria metalúrgica estiveram vinculados aos acordos firmados entre o governo brasileiro e os Estados Unidos para fazer frente ao esforço de guerra. Em 1942, através dos "Acordos de Washington", definiu-se o projeto de construção da Cia. Vale do Rio Doce, através de financiamento do Eximbank. Tendo Israel Pinheiro como seu primeiro presidente, a implantação da Vale foi morosa, com efeitos reduzidos sobre a economia do Estado em sua fase inicial⁶⁶.

No setor privado as duas iniciativas mais importantes foram a Acesita e a Elquisa, empresa de alumínio de Américo Gianetti.

A Acesita foi fundada em 1944 por Athos Lemos Rache, Amintas Jacques de Moraes e Percival Farquar. O projeto incluía a construção de uma usina hidrelétrica que produzisse 48.000 kw, para fornecimento de energia à aciaria. Entretanto, o alto custo do investimento tornou complicada a sua manutenção nas mãos de seus fundadores e, em 1951, ela foi encampada pelo Banco do Brasil⁶⁷.

Já a Elquisa era o mais ambicioso projeto de Gianetti, que iniciou estudos para a sua implantação em 1933. Somente em 1941, entretanto, é que os contratos para fornecimento de maquinário e técnicos são ultimados. Com diversas paralisações, motivadas por problemas no abastecimento de cimento e combustível e pela elevação no custo do investimento, em face dos aumentos nos fretes

65 DINIZ, C.C., *op. cit.*, p. 34.

66 *Idem*, *ibidem*, p. 55-62.

67 *Idem*, *ibidem*, p. 58.

de transportes marítimo decorrentes da situação de guerra, a empresa, cuja construção havia se iniciado em 1942, entra em operação em maio de 1945, contando com três usinas hidrelétricas (Caboclo, Salto e Fecho do Funil) e empregando mais de 1.000 operários⁶⁸. Sua perspectiva inicial era produzir 2.200 t/ano de alumínio, superior ao consumo brasileiro.

O encerramento da Segunda Guerra Mundial e as pressões de *trustes* americanos sobre o governo brasileiro acabaram por liquidar com o empreendimento. A queda do preço do alumínio e a abertura à sua importação conduziram à paralisação da fábrica, transferida finalmente à Alcan, *truste* canadense, que assumirá parte das dívidas de Gianetti, em 1949. No entanto, todo grupo industrial de Gianetti ficara comprometido, com créditos bloqueados no Banco do Brasil até 1954. Desta maneira, "aquele que havia sido o maior e o mais promissor grupo burguês-industrial de Minas, durante as décadas de 1930 e 1940, estava arrasado"⁶⁹.

A defesa da Elquisa mobilizou as duas entidades empresariais mais importantes do Estado e teve repercussões no Congresso Nacional⁷⁰. Seu fracasso, bem como o da Acesita, favoreceu o progressivo controle do setor "minério-metalúrgico" por parte do capital estrangeiro e do Estado. A partir daí os empresários mineiros não se empenharam mais na edificação de grandes projetos industriais⁷¹. Sua ação passou a ser, principalmente, a de tentar defender o estado como centro siderúrgico, com o fito de atrair e polarizar outras atividades industriais. O fracasso dos dois maiores projetos privados dos anos 40 conduziria as entidades empresariais a uma aceitação ainda maior da presença do Estado, ante os riscos de que a indústria siderúrgica se consolidasse em São Paulo e no Rio de Janeiro. O projeto acalentado desde os anos 30 sofreria, pois, modificações de rota, que não alteravam seu conteúdo fundamental. A industrialização mineira deveria centrar-se na função polarizadora do setor "minério-metalúrgico". Só que, agora, com maior evidência patenteava-se a

68 ESTADO DE MINAS, 01/04/1945, Pró-Memória/FIEMG; DINIZ, C.C., op.cit., p. 59-60 e *Mensagem Econômica*, 21, setembro, 1954, Associação Comercial.

69 DINIZ, C.C., op. cit., p. 60.

70 O DIÁRIO, 15/09/1946, Pró-Memória/FIEMG

71 Justo Pinheiro da Fonseca Fonseca, ligado ao setor de fundição, e associado de Gianetti em outros empreendimentos, ensaia a constituição da Companhia Mineira de Sinterização, destinada ao "aproveitamento do resíduos da exportação de minérios para o Vale do Rio Doce", sem sucesso. Com esta exceção, o empenho dos empresários do estado será na atração de investimentos externos e na edificação da "grande siderurgia", sob a forma de sociedade de economia mista, de modo a dinamizar o mercado do Centro de Minas. FIEMG, 16/03/1951.

“penúria de capitais” e, nesta medida, mais que seu congênere paulista, o empresário mineiro buscará no Estado o fator principal para a aceleração do processo de industrialização.

Os dois momentos mais importantes no período, dentro da disputa pela hegemonia na produção siderúrgica, envolvem a questão dos fretes, objeto de intensa campanha das entidades empresariais em 1949 e 1950, e a campanha pela Usiminas, em 1955 e 1956.

A questão dos fretes fora objeto do estudo de Amaro Lanari Jr. no 2º Congresso Anual da Associação Brasileira de Metais. Em que pese sua posição favorável à diversificação da economia mineira, postando-se contra a perspectiva de centrar a industrialização do Estado na siderurgia, Lanari observava que os fretes cobrados aos produtos siderúrgicos mineiros, mantinham uma relação com os fretes cobrados ao minério bruto que tornava-os pouco competitivos nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, reforçando as características de Minas Gerais como economia exportadora de matérias-primas⁷².

Em 1949, no entanto, é que a questão dos fretes será objeto de intensa campanha dos siderurgistas mineiros. Em julho de 1949, sob pressão da bancada mineira, a Conferência de Araxá sugeria que na fixação dos fretes,

seja mantida a relação técnica e economicamente justificável entre os fretes das matérias-primas e os dos produtos industriais, visando obter um mínimo de frete na formação do custo desses produtos e alcançar o desenvolvimento harmonioso e racional das diferentes zonas industriais do país⁷³.

Já em dezembro do mesmo ano os siderurgistas do Estado encaminham memorial ao governo mineiro, criticando o deslocamento da siderurgia para as regiões litorâneas e a elevação da importação de siderúrgicos, que confinaria Minas à condição de região exportadora de matérias primas. No mesmo diapasão, Milton Campos se dirige a Dutra, reivindicando apoio à siderurgia mineira, que, embora próxima às fontes de matéria prima, era prejudicada pelos fretes da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB)⁷⁴.

A imagem de Minas Gerais como estado colonial instrui as demandas dos siderurgistas mineiros e a manifestação do governador,

72 Conforme GOMES, F. M., op. cit., p. 291.

73 VIDA INDUSTRIAL, 12:24, dezembro, 1955. Pró-Memória/FIEMG.

74 GOMES, F.M., op. cit., p. 293 e ss

que reivindica a aplicação do que fora sugerido na Conferência de Araxá sobre a questão tarifária. Ao longo do ano de 1950, a Associação Comercial e a FIEMG se empenham na campanha, até que o Conselho Nacional de Tarifas atende a postulação dos mineiros em agosto, obrigando a EFCB a estabelecer novas tarifas em setembro de 1950⁷⁵. Ainda assim, em 1951, têm continuidade as reclamações dos siderurgistas, que só atenuam-se quando é assegurada a participação de um representante das "classes produtoras" do estado no Conselho Consultivo da EFCB⁷⁶. A diminuição das pressões relativas à questão dos fretes não impede, entretanto, a reiteração das críticas ao congestionamento da EFCB, atribuído à localização das indústrias siderúrgicas longe das "fontes de matéria prima"⁷⁷. Em 1956 este será o principal mote utilizado na disputa com São Paulo em torno do projeto da Cosipa.

A perda do projeto siderúrgico para o Rio de Janeiro não eliminara, nos anos 40, os pronunciamentos em favor da siderurgia em Minas Gerais, mas mantivera em suspenso a expectativa de que o Estado se industrializasse a partir da expansão do setor "minério-metalúrgico". Entretanto, à medida em que ganha relevo o tema da necessidade de implantação das "indústrias de base" no país, com maior intensidade as entidades mineiras vão posicionar-se pelo assentamento da grande siderurgia no Estado.

Em 1949, Osório Diniz denunciava na Associação Comercial que "foram instaladas mais de três fábricas de canos galvanizados: uma no Distrito Federal, outra no Estado do Rio e outra em São Paulo. Nenhuma em Minas que tem o minério"⁷⁸. Já em setembro de 1950, Justo Pinheiro da Fonseca, num trabalho intitulado *Bases para o planejamento da indústria minério-metalúrgica de Minas Gerais*, sugeria a construção de uma usina no Vale do Rio Doce e de uma eletrosiderurgia em Santa Luzia⁷⁹. Por seu turno, a FIEMG desenvolveu neste mesmo ano campanha no sentido da instalação da CSN-2 no Vale do Paraopeba⁸⁰.

Pronunciamentos em favor da "grande siderurgia" em Minas Gerais aparecem com freqüência em artigos da *Vida Industrial* e

75 GOMES, F.M., op. cit., p. 298-301 e Folha de Minas, 22/12/1950, APM.

76 Folha de Minas, 19/03/1951, APM.

77 GOMES, F.M., op. cit., p. 302.

78 AC, 03/03/1949.

79 FIEMG, 01/09/1950.

80 DINIZ, C. C., op. cit., p. 85.

Mensagem Econômica, revistas da FIEMG e Associação Comercial, ou através de parlamentares como Magalhães Pinto, ligados ao empresariado do estado. Em 1956, entretanto, é que se desencadeia a campanha pela instalação da Usiminas. Seu estopim é a convocação de uma Assembléia da CSN para decidir sobre sua participação como acionista na criação da Cia. Siderúrgica Paulista e no fornecimento de minério, transportado pela EFCB, para aquela siderurgia. A FIEMG, Associação Comercial e SME se dirigem então a Nereu Ramos, presidente da República em exercício, Juscelino Kubitschek, presidente eleito, Clóvis Salgado, governador em exercício, Bias Fortes, governador eleito, e Lucas Lopes, ministro da Viação e Obras Públicas, protestando contra o privilégio de São Paulo no financiamento dado pela CSN e contra a utilização da EFCB para transporte de minério para aquele estado, o que agravaria o quadro de congestionamento da ferrovia. Na Associação Comercial, por seu turno, Janot Pacheco, que posteriormente estaria ligado à criação da USIMINAS, denunciava que o projeto inicial da COSIPA previa uma siderurgia com capitais privados em Santos, com transporte de minério realizado fora do sistema da Central do Brasil. Alertava ainda para o fato de que Lucas Lopes e Juscelino Kubitschek teriam aprovado o projeto da COSIPA sem se aperceberem da mudança de seu sentido original, já que agora demandaria o transporte via EFCB⁸¹.

No âmbito desta disputa ganha contorno o projeto de instalação de uma empresa siderúrgica de grande porte em Minas Gerais. Sua concretização é viabilizada no "Forum Econômico da FIEMG". Na sessão inaugural de sua segunda fase, em março de 1956, Bias Fortes, já empossado governador do Estado, acena favoravelmente à constituição da empresa, que é finalmente fundada em 25 de abril de 1956, na FIEMG. Alguns dias antes, em contatos realizados com Juscelino Kubitschek, havia sido assegurada a participação da CSN no financiamento dos projetos defendidos por paulistas e mineiros e atendidas as postulações dos últimos, no que toca à questão do transporte ferroviário de minérios⁸².

81 AC, 26/01/1956. O episódio da disputa com os industriais paulistas é minuciosamente relatado por GOMES, F. M., op. cit., p. 303 e ss.

82 Para maiores detalhes em torno da campanha em favor da USIMINAS, ver GOMES, F.M., op. cit., p. 303 e ss; DINIZ, C.C., op. cit., p. 85 e ss; ANUÁRIO DAS INDÚSTRIAS, FIEMG, 1955; ESTADO DE MINAS, 23/03/1956, 29/03/1956, 04/04/1956, 05/04/1956, 17/04/1956, 24/04/1956 APM; FOLHA DE MINAS, 03/02/1956, 17/02/1956, 18/03/1956, 20/03/1956, 22/02/1956, 05/04/1956, 10/04/1956, 13/04/1956, 14/04/1956, 17/04/1956, 18/04/1956, 19/04/1956, 24/04/1956, 26/04/1956, APM; MENSAGEM ECONÔMICA, 39, março de 1956; VIDA INDUSTRIAL, 3, março de 1956, além de "A Criação da USIMINAS", Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro-USIMINAS, 1987, com depoimentos diversos de personagens envolvidos na constituição da empresa.

A discussão de todo o processo de implantação da Usiminas foge às finalidades deste trabalho. O que importa assinalar, entretanto, é o peso desempenhado pelas entidades empresariais para sua concretização. Após os reveses dos empreendimentos privados no setor metalúrgico nos anos 40, os empresários mineiros apelarão crescentemente ao Estado no sentido de viabilizar um projeto de industrialização que tinha no desenvolvimento da siderurgia o seu elemento chave. Quando da constituição da Usiminas pensou-se na possibilidade de se obter

uma solução legal para que o Estado, se majoritário, não assumia e mantenha o controle da empresa, isto como condição imprescindível para obter a confiança e a participação do capital privado⁸³.

Em sua primeira diretoria participavam nomes como o de Lunardi (presidente da FIEMG), Gabriel Janot Pacheco (diretor da Associação Comercial) e Athos Lemos Rache, empresário ligado à siderurgia. No Conselho Fiscal aparecia ainda Paulo Gontijo, presidente da Associação Comercial⁸⁴.

Ao longo do processo de constituição da Usiminas, a direção da empresa passou para nomes que ocupavam postos tecnoburocráticos no aparelho de Estado. Amaro Lanari Jr., radicado em São Paulo, ausente da campanha pela implantação da siderurgia e que, até então, se manifestara contrariamente à perspectiva de centrar o desenvolvimento de Minas na indústria básica, como representante do BNDE participou da missão que, em agosto de 1956, viajou ao Japão para negociar contratos destinados à implantação da empresa. Participou ainda do grupo de trabalho brasileiro constituído para discussão com a missão técnica japonesa enviada ao Brasil com o intuito de finalizar entendimentos relacionados à concretização do projeto⁸⁵. Em 1958 tornou-se presidente da empresa, cargo que ocupou até 1976.

Na FIEMG a substituição de Lunardi soou como derrota⁸⁶. Era, na realidade, um revés inscrito na estratégia adotada para concretizar o projeto dos industriais mineiros. A direção da Usiminas, empresa estatal, seria definida por delegação, pouco podendo os empresários influir nesta questão.

Confiando ao Estado a realização de suas expectativas quanto ao desenvolvimento de Minas, os empresários teriam que se dobrar

83 GOMES, F.M., *op. cit.*, p. 317.

84 *Idem.* *Ibidem*, p. 319.

85 *Idem.* *Ibidem*, p. 322 e ss.

86 FIEMG, 07/01/1958.

à acentuação do papel desempenhado por este. Nesta medida, o projeto que desenvolvem - como as funções atribuídas nele ao Estado e ao capital estrangeiro - foi, em certa medida, plenamente vitorioso. Entretanto, crescentemente, boa parte do que constitui o fundamento do poder burguês estaria em outras mãos, e não com o empresariado do estado. Se isto não anula sua influência, dificulta que esta se exerça precipuamente através dos mecanismos clássicos por via dos quais se exerce o poder burguês, através do *veto* e do controle sobre os dispositivos do "jogo pluralista de influências"⁸⁷. No seu conjunto, a industrialização brasileira, efetuada com o papel desempenhado pelo Estado, consolidou o poder burguês e, para o conjunto do país, talvez tenha criado condições para que este se exerça segundo tais mecanismos. O discurso atual de parcelas do empresariado indica que a burguesia brasileira busca recapturar para si as funções que atribuiu ao Estado, em nome do atraso. Em Minas Gerais, o peso do capital estatal, estrangeiro e de empresas com sede em outros estados, confinou o empresariado mineiro a ramos de pouca expressão econômica. A vitória da perspectiva que alimentava colocou-o, pois, como fração regional e dispersa da burguesia brasileira. É o custo de seu projeto. A estratégia de um revés.

87 Sobre as relações entre burguesia e Estado conferir POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*, São Paulo, Martins Fontes, 1977; OFFE, C. e RONGE, V. "Teses sobre o Conceito de 'Estado Capitalista' e sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista", In: OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 e OFFE, C. "Dominação de Classe e Sistema Político", In: OFFE, C. op. cit. Sobre o caso brasileiro, conferir nossa dissertação de mestrado, já indicada.